



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

31/05/2016 - Adital

# ‘O plano econômico do PMDB não serve para nada. É só marketing’. Entrevista com Guilherme Delgado

**"O governo Temer está muito mais perdido do que estava o governo Dilma. Diferentemente do golpe de 64, em que a direita tinha um programa e tinha intelectuais que forjavam propostas de longo prazo, agora não se tem isso; trata-se de algo imediatista e voltado para destruir o governo anterior, sem nenhuma proposta.", avalia o economista.**

"É difícil de analisar o que o governo está querendo" com as propostas anunciadas para a economia na semana passada, diz Guilherme Delgado à IHU On-Line, na entrevista a seguir, concedida por telefone. Por enquanto, as medidas "sinalizam mais uma reunião de marketing do que propriamente uma reunião de política econômica, porque não tem um ato normativo proposto ao Congresso, nem nota técnica que reflita ou explique essas decisões", afirma.

Na avaliação do economista, dado o atual quadro de dois anos consecutivos de recessão na economia, e com uma "situação de desemprego aberto gravíssima", que chega a "200 mil desligamentos formais por mês", "a política de juros tem de ceder à necessidade de se dar alguns estímulos para recuperar a economia".

Entre as alternativas que poderiam ser discutidas nessa conjuntura, Delgado chama a atenção para "algumas excrescências", sobre as quais "reina absoluto silêncio", entre eles, como explicar que "pessoas que pagam 27,5% sobre os salários se defrontem com titulares de rendimentos do capital que têm tributação zero num país que está carente de recursos dessa natureza. Temos de revisitar isso, como também é preciso revisitar o campo das faixas de tributação no imposto de renda, a gigantesca sonegação que alimenta a dívida ativa para com a União, para que se possa, no ajuste fiscal, criar o mínimo de justiça, porque ajuste fiscal não pode ser um nome fantasia", adverte.

Outro ponto fundamental, menciona, é conter os

juros da dívida pública. "Não vejo providências no sentido de reestruturar e reequacionar essa relação do sistema financeiro com o Estado. Esse parece um assunto interdito, que nem é discutido". Para ele, alguma mudança tributária é necessária porque o déficit precisa ser solvido. Apesar de não considerar a CPMF a melhor alternativa tributária, Delgado afirma não ver "no horizonte como se poderia fazer qualquer outra coisa nova nesse campo abandonando os clássicos mecanismos mais simples de tributação que a CPMF contém, embora com distorções de outra natureza".

O economista também defende um plebiscito para solicitar novas eleições gerais, e a discussão sobre a implantação do parlamentarismo. "Nas novas eleições, poderia se propor o parlamentarismo, onde a situação seria mais fácil de resolver. (...) O plebiscito poderia ser feito este ano para formalizar uma emenda constitucional e marcar as eleições para o ano que vem. Assim, o governo Temer se caracterizaria como um governo transitório, o governo Dilma se despediria, porque já acabou, e aí colocaríamos na população a responsabilidade de eleger novos representantes".

**Guilherme Delgado é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.**

**Trabalhou durante 31 anos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.**

Leia mais em:

**<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=88977>**



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

31/05/2016 - Instituto Telecom

# Conflito de interesses nas Comunicações levanta suspeita junto ao MPF

“ Afinal de contas, o que esperar de representantes das teles controlando o Plano Nacional de Banda Larga? ”, questiona Theo Rodrigues

Coordenador do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, no Estado do Rio de Janeiro, o cientista político Theófilo Rodrigues encaminhou, nesta segunda-feira (30/05), ao Ministério Público Federal (MPF), um questionamento que aponta conflito de interesses na nomeação de nomes ligados aos empresários junto ao Ministério das Comunicações.

### Leia a íntegra do ofício ao MPF:

Ao Ministério Público Federal  
(Procuradoria da República no Rio de Janeiro),  
Exmo. Sr. Procurador de Justiça.

O novo secretariado anunciado pelo ministro Gilberto Kassab no Ministério das Comunicações configura um grave crime de conflito de interesses (Lei nº 12.813/2013) pela identificação que possui com as principais empresas do setor.

Afinal de contas, o que esperar de representantes das teles controlando o Plano Nacional de Banda Larga?

Já na Secretaria de Radiodifusão, responsável pelas

políticas para televisão e rádio, foi anunciada Vanda Bonna Nogueira. A nova secretária é conhecida por ter sido advogada da NET e do SBT.

A Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013) trata de situações que configuram conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal e traz os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas. Estão submetidos ao regime desta lei não apenas os ministros, mas também os que possuem cargos de DAS 5 ou 6, caso dos secretários mencionados.

Caso não sejam revogadas as nomeações, teremos a efetivação mais nítida daquilo que a sabedoria popular compreende como “ a raposa cuidando do galinheiro ” .

Afinal de contas, o que esperar de representantes das teles controlando o Plano Nacional de Banda Larga?

O que esperar de representantes das TVs na implementação do Canal da Cidadania e da TV Digital?

O Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé solicita que o MPF investigue a situação e impeça tais nomeações em defesa do interesse público.

# Anatel estuda fazer novo leilão de sobras, mais simples, ainda este ano

Os integrantes do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ainda debatem se é possível realizar um novo leilão de frequências neste ano, com as sobras a última licitação, acontecida no final do ano passado – e cujas primeiras homologações devem liberadas ainda hoje, 01.

Segundo o conselheiro Rodrigo Zerbone, haverá diferenças pontuais no novo edital, que deverá ser mais simples, ampliando o leque de modelos de negócios aceitos dos participantes. Ele também espera que os prazos entre o lançamento do edital, inscrições, lances, seja mais longo para que os provedores regionais consigam estudar melhor suas oportunidades.

Para ele, apenas após um novo leilão a agência deveria abrir uma rodada de venda direta das frequências. Um novo certame seria importante para revelar, ou não, disputa por

faixas. “ A venda direta só pode haver onde não há concorrência ” , lembrou. Ele participou de painel do 8ISP, encontro nacional de provedores regionais, organizado pela Abrint e que acontece até sexta-feira, 03, em São Paulo.

Zerbone defendeu que os ISPs invistam em frequências que lhes permitam criar redes LTE. “ Os prestadores de serviços precisam caminhar para a mobilidade. O LTE é um grande trunfo pois pode incrementar a gama de serviços para o consumidor final, permitindo ao provedor chegar em locais onde a rede fixa não chega ” , ressaltou.

Segundo Zerbone, além da licitação de sobras, em faixas como 1,8 GHz e 2,5 Ghz, a Anatel estuda vender faixa de 2.3 GHz e 3.5 GHz, mas não este ano. Ele diz que haverá uma consulta especialmente para a banda de 3,5 GHz, possivelmente ainda este ano, uma vez que a faixa pode interferir no funcionamento de redes satelitais.

01/06/2016 - Rede Brasil Atual

## Bancos fecham 4.553 postos de trabalho de janeiro a abril

Dez estados apresentaram saldo negativo, aponta pesquisa divulgada pela Contraf-CUT. Maior número de cortes foi em São Paulo (2.508) e no Rio de Janeiro (862)



Pesquisa divulgada na segunda-feira (30) pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) aponta fechamento de 4.553 postos de trabalho nos quatro primeiros meses de 2016 no setor bancário. No estado de São Paulo foi fechado o maior número (2.508, 55,1% do total), seguido do Rio de Janeiro (862, 19%). O levantamento é feito com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Foram 7.491 admissões com carteira assinada e 12.044 demissões nos primeiros quatro meses do ano.

Os chamados bancos múltiplos, com carteira comercial, segmento que engloba instituições como Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, HSBC e Banco do Brasil, juntamente com a Caixa Econômica Federal, foram os principais responsáveis pelo saldo negativo, fechando 3.254 vagas. Apenas a Caixa eliminou 1.318.

Segundo o presidente da Contraf-CUT, Roberto

von der Osten, mesmo fazendo parte do setor que mais lucra ano país, os bancos seguem demitindo. "Mesmo com lucros estrondosos, o sistema financeiro continua com a onda de demissões. Estão se reestruturando de olhos voltados para um consumidor de serviços bancários de perfil mais virtualizado. A utilização de agências, autoatendimento e call center para transações bancárias vem perdendo para a internet e o celular, e o emprego paga o pato. Os bancos fogem quando o assunto é responsabilidade social", afirma.

Mais uma vez, a pesquisa mostra que o salário de admissão é menor que a de quem deixou ou perdeu o emprego. Os 7.491 contratados nos quatro primeiros meses de 2016 tinham remuneração média de R\$ 3.606,30, enquanto os demitidos recebiam R\$ 6.676,47. Uma diferença, para menos, de 54%.

No recorte por idade, na faixa de até 24 anos o saldo é positivo, com 1.751 vagas a mais. Dos 25 anos em diante, foram cortados 6.304 postos de trabalho.



# Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

28/05/2016 10:32 - RBA

## ONU alerta : degradação ambiental causa 12 milhões de mortes por ano

Aproximadamente 23% de todas as mortes prematuras no mundo são causadas por problemas de degradação ambiental, com número estimado em 12,6 milhões de mortes no ano de 2012. Os dados estão no relatório Meio Ambiente Saudável, Povo Saudável (Healthy Environment, Healthy People, em inglês), lançado esta semana pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) durante a 2ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep), em Nairóbi, no Quênia, que terminou ontem (27).

O Pnuma ressalta que as diferenças regionais dessas mortes são grandes, indo de 11% nos países europeus que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e chegando a 28% no Sudeste Asiático.

As principais causas evitáveis de morte que o Pnuma cita como ligadas ao ambiente são as doenças diarreicas, lesões causadas por atividades de risco ou situação de moradia insalubre, asma, malária, lesões de trânsito, infecções respiratórias, obstrução pulmonar crônica, doenças cardiovasculares, cânceres e doenças músculo-esqueléticas causadas por estresses e posturas incorretas no trabalho e atividades domésticas.

### Poluição do ar

A principal causa de morte por degradação ambiental, segundo o Pnuma, é a poluição do ar, responsável por 7 milhões de falecimentos por ano. O professor Luiz Maia, do departamento de meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em monitoramento da qualidade do ar, destaca que o problema é considerado uma emergência de saúde global, no momento em que o sistema do Rio de Janeiro está desligado (leia nota publicada pela Agência Brasil).

"A gente precisa manter essa rede de monitoramento funcionando para gerar dados, haver estudos epidemiológicos. Por exemplo, a correlação, com a mortalidade é pouco conhecida no Brasil. Estudos de problemas respiratórios são feitos em todo o Brasil, mas mortalidade é uma coisa mais restrita porque há dificuldade da informação. A qualidade da informação de mortalidade não é tão satisfatória para se fazer uma intercomparação com os dados gerados de qualidade do ar".

De acordo com ele, o monitoramento é o primeiro

passo para a gestão do problema, onde serão identificadas as causas da poluição para, a partir daí, serem elaboradas políticas públicas de mitigação. "Primeiro a gente precisa entender bem como funciona o problema de poluição do ar, para depois fazer como a Alemanha fez, que tinha uma rede enorme por todo o país. Eles mediram sistematicamente, constataram que determinados lugares não apresentavam determinados poluentes e otimizaram a rede, tirando de alguns lugares e levando para outros. Tudo o que está sendo medido é específico de acordo com a necessidade de cada lugar".

O professor alerta que a população em geral é passiva quanto ao problema da poluição do ar e não percebe de imediato o mal que ela pode causar no médio ou longo prazo: "Falta à população a sensibilidade e a percepção de que está exposta a um ambiente insalubre. A gente vive normalmente, às vezes o ar incomoda, irrita um pouquinho, irrita a pele, suja a roupa, dá um desconforto, mas é um indicativo de poluição. É um efeito cumulativo e eu constatei em palestras que mais de 90% de todos os públicos, de estudantes a doutores, não tem essa percepção. Então fica complicado".

Para Maia, o Brasil também precisa modernizar a sua legislação no que diz respeito aos indicadores de poluição, já que a regulamentação seguida no país é de 1990 (Resolução Conama 03/90) e desde então a Organização Mundial de Saúde (OMS) reviu para baixo os valores para considerar boa a qualidade do ar, com base em estudos epidemiológicos.

"As referências que nós temos aqui no Brasil são de uma média de 150 microgramas por metro cúbico para material particulado inalável em 24 horas. Mas a recomendação de curto prazo da OMS já é de 50 microgramas. Então, os níveis são mais restritivos. Por isso, há que se buscar uma condição para que haja o enquadramento dos níveis de qualidade do ar pelo menos às metas de curto prazo da OMS, porque isso é uma garantia de que haverá um mínimo impacto e efeito negativo na saúde da população".

O relatório do Pnuma aponta que a implementação de medidas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa pode salvar a vida de 2,4 milhões de pessoas por ano até 2030.



# Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

31/05/2016 - RBA

## 'Motivo central para o golpe está nas medidas econômicas', diz PT

**Em documento divulgado após reunião de sua executiva nacional, partido afirma que governo interino quer "aprofundar o programa neoliberal derrotado em 2014"**

Após reunião da executiva nacional, em Brasília, o PT divulgou na tarde de hoje (31) uma resolução na qual afirma que "dois fatos confirmam o caráter golpista do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff". Segundo o documento, esses fatos são o vazamento dos diálogos gravados pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, com os ex-ministros Romero Jucá (Planejamento) e Fabiano Silveira (Transparência), e o anúncio das medidas econômicas do governo "golpista" de Michel Temer.

Segundo o PT, os diálogos de Sérgio Machado com os ex-ministros evidenciam "que a deposição da presidenta Dilma tem por um dos objetivos o estancamento das investigações no âmbito da Operação Lava Jato relacionadas aos partidos que engendraram o golpe". Diante das gravações divulgadas, "a suposta agenda 'ética' do governo golpista se esfarela".

A resolução diz que as medidas econômicas anunciadas pelo governo interino revelam os interesses por trás do impeachment. "Entendemos que o motivo central para o golpe está explicitado nas medidas econômicas e de ajuste fiscal propostas pelo governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, centrado no congelamento das despesas públicas, particularmente das dotações orçamentárias da saúde e da educação", diz o documento.

As medidas, de acordo com o PT, trazem como principais danos à sociedade a redução de direitos relativos à Previdência Social, cortes nos programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, no ProUni e no Fies, o fim da política de valorização do salário mínimo, o fim da vinculação de recursos para educação e saúde, a abertura da exploração do pré-sal às grandes petrolíferas transnacionais. "Tudo isso mostra claramente a que veio o golpe: implementar e aprofundar o programa neoliberal derrotado nas eleições de 2014."

O partido destaca que "a compreensão sobre a natureza do golpe" cresce em diversos setores da sociedade, com manifestações crescentes, e na imprensa internacional, que tem sido fundamental "no esclarecimento dos fatos e na produção de análises que oferecem expressivo

contraponto aos setores da mídia brasileira oligopolizada que operou e tem sustentado o golpe".

Segundo a resolução, o governo interino tem tentado desconstruir o governo da presidenta Dilma, ao anunciar devassas e "pente fino" nas ações do governo petista. "Seu objetivo é tentar 'vender' à opinião pública pacote de medidas econômicas como medidas necessárias para solução da crise."

Em entrevista à RBA no dia 12, quando o Senado afastou Dilma, o cientista político Vitor Marchetti, da Universidade Federal do ABC, previa que essa seria uma tática de Temer. "Vem aí a tentativa de construção de uma ideia de que vamos passar um período difícil por conta de reparar os erros cometidos pelo PT", afirmou Marchetti.

Para o PT, o governo interino, "ao inflar os números em relação ao chamado déficit fiscal, pretende justificar e legitimar o programa neoliberal".

### "Arrebanho autoritário"

Além do programa econômico neoliberal, o partido denuncia no governo Temer "o repugnante conservadorismo, patente na presença de Alexandre Frota na educação, o arrebanho autoritário que lembra a ditadura militar, com o risco da volta do SNI", além das intenções de "fatiamento da Petrobras e a entrega do pré-sal para a petroleiras estrangeiras".

Num aceno de que a legenda deve voltar a atuar a partir das bases e junto com os movimentos sociais, o partido ressaltou a necessidade de "impulsionar a mais ampla unidade de ação entre a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo, os fóruns de intelectuais, juristas, artistas, trabalhadores do campo e da cidade, e partidos de esquerda".

Nesse sentido, o partido propõe, no "calendário de lutas contra o golpe", fortalecer as ações do partido em cada estado, junto a todos os segmentos de trabalhadores, disseminar amplamente as medidas econômicas do governo golpista e apoiar ativamente a paralisação nacional de 24 horas convocada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP).